

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

Audição n.º 74/XII-AR

“Projeto de Resolução n.º 1319/XIV (PSD) - Recomenda ao Governo que defina a possibilidade de as necessidades de financiamento das Regiões Autónomas serem satisfeitas através de empréstimos diretos do Estado concretizados através de recurso, pelas Regiões Autónomas, aos préstimos da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.”

30 DE JUNHO DE 2021



INTRODUÇÃO

A Subcomissão Permanente de Economia analisou e emitiu parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre a **Audição n.º 74/XII-AR – “Projeto de Resolução n.º 1319/XIV (PSD) - Recomenda ao Governo que defina a possibilidade de as necessidades de financiamento das Regiões Autónomas serem satisfeitas através de empréstimos diretos do Estado concretizados através de recurso, pelas Regiões Autónomas, aos préstimos da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.”.**

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O Projeto de Resolução em apreciação foi enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para audição, por despacho da Senhora Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, com pedido de parecer, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa.

A apreciação do presente Projeto de Resolução enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea i) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto, e 2/2009, de 12 de janeiro.

Considerando a matéria da presente iniciativa, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Economia, nos termos da Resolução da Assembleia



Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

O Projeto de Resolução em apreço refere, em sede de exposição de motivos, que “Anualmente, como previsto no artigo 38.º Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro (Lei das Finanças das Regiões Autónomas), as Regiões Autónomas vêm efetuando meras operações de refinanciamento, com a garantia do Estado, prevista na Lei do Orçamento do Estado. Dada a sua natureza, essas operações de refinanciamento, como operações de substituição de dívida, por se destinarem à amortização de empréstimos em carteira, com vencimento nos anos em que as referidas operações de refinanciamento são contraídas, não tem qualquer impacto no aumento dos respetivos níveis de endividamento regional.

Igualmente, sem efeito nos níveis de endividamento, por se tratar de substituição de dívida, comercial por financeira, a Região tem contraído novos financiamentos para regularização de pagamentos em atraso por recurso à autorização legislativa específica para o efeito, prevista na Lei do Orçamento do Estado.

Ora, em todos os processos de contração de novos empréstimos, a existência de garantia do Estado tem sido fundamental para a realização de operações de financiamento com condições financeiras mais favoráveis e, logo, ao menor custo, o que beneficia, quer as Regiões, quer o próprio Estado, dado que, deste modo, prossegue-se com o princípio da economia, eficiência e eficácia da despesa pública, além de permitir gerar poupanças passíveis de serem alocadas a outras despesas e às medidas extraordinárias no contexto COVID-19.

Acontece que, recentemente, registaram-se sérios constrangimentos por parte do Estado à concessão de garantia ao empréstimo contraído/a contrair pelas Regiões Autónomas para colmatar os efeitos diretos ou indiretos decorrentes da pandemia de



COVID-19, devido à ausência de regulamentação específica que eliminasse as dúvidas em relação à possibilidade do seu enquadramento na lei das garantias do Estado.

Acresce que, para suprir as suas necessidades de financiamento anuais, a Região Autónoma da Madeira, com benefício na diminuição de *pricing* e inerentes custos associados (*fees*, custos legais e outros) e reforço, concomitante, da capacidade negocial perante o sistema financeiro, poderia passar a aproveitar, para as operações de financiamento a contrair, da especialização técnica e logística da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.,

Por sua vez, através do artigo 41.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro), já está previsto que as Regiões Autónomas possam recorrer ao apoio do IGCP, E.P.E., quer para a organização de emissões de dívida pública regional, quer para o acompanhamento da sua gestão, com vista a minimizar custos e riscos e a coordenar as operações de dívida pública regional com a dívida pública direta do Estado.

A cooperação entre as Regiões e o IGCP, E.P.E. tem prosseguido nos últimos anos, revelando-se extremamente importante e fulcral na gestão da dívida pública regional. No entanto, será conveniente ver aprofundada essa cooperação e, para iguais objetivos na obtenção de meios de financiamento do Estado, aproveitar da logística, experiência e capacidade negocial do IGCP, E.P.E. junto do mercado financeiro.

Inclusive, o Estado Português, assim como os restantes países soberanos da Zona Euro, tem beneficiado da política monetária de *quantitative easing* do Banco Central Europeu e, por conseguinte, tem reduzido significativamente os seus riscos de financiamento e crédito e, conseqüentemente, as respetivas taxas de juro das suas operações de financiamento em mercado, bem como, segundo informação veiculada publicamente, beneficia de financiamento extraordinário SURE, providenciado pela Comissão Europeia, num valor até 5,9 mil milhões a taxas de juro muito favoráveis. A atribuição de garantia pelo Estado a financiamentos a contrair pelas Regiões Autónomas (ou seja, a associação do nível de risco do Estado Português aos financiamentos regionais) constituiria, em parte, a repassar o suprarreferido benefício ao nível sub-soberano.



Poderá ser ainda realçado que a concessão de garantia pelo Estado ocorre de forma onerosa para as Regiões/entidades beneficiárias das mesmas, pelo que a sua atribuição é geradora de receita (bruta) para o Estado e um custo para as Regiões Autónomas.

De modo a evitar os constrangimentos relacionados com o processo de obtenção de garantia do Estado ou decorrentes da contratação de empréstimos sem garantia e a preços mais desfavoráveis, com prejuízo para as Regiões Autónomas e o Estado no seu todo, o Governo da República deve concretizar em lei a possibilidade de financiamento das Regiões Autónomas ser satisfeita através de empréstimos diretos do Estado e a possibilidade de recurso, pelas Regiões Autónomas, aos préstimos da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. nos seguintes termos:

A contratação de empréstimos pelas Regiões Autónomas, nos termos anualmente definidos na legislação em vigor, no âmbito da cooperação e apoio a prestar às Regiões Autónomas e numa ótica de gestão e minimização de custos diretos e indiretos decorrentes das dívidas públicas regionais, pode ser concretizada através de empréstimos diretos do Estado e/ou de operações estruturadas pelo IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, após solicitação expressa das Regiões Autónomas”.

APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE

Nada a registar.

POSIÇÃO DOS PARTIDOS

PS: O GP do PS abstém-se relativamente à iniciativa e vota favoravelmente o relatório.

PSD: O GP do PSD aprova o Relatório e dá parecer à iniciativa "074-AR - 07-06-2021 - XII - CE".



CDS-PP: O Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores dá parecer favorável ao presente diploma.

Apesar de recentemente ter sido objecto de parecer uma iniciativa do Partido Socialista de idêntico teor, audição nº72-XII-AR, à qual o CDS emitiu parecer de abstenção, no entanto, conquanto ambos estejam de acordo quanto à conveniência de ver aprofundada a cooperação ente as Regiões Autónomas e o IGCP, E.P.E, tirando partido da sua logística, experiência e capacidade negocial junto do mercado financeiro – o que poderá realmente beneficiar as regiões autónomas, é que se proceda ao enquadramento legal da concessão de garantia do Estado a empréstimos a contrair pelas Regiões Autónomas, agilizando o processo de obtenção dessa garantia do Estado. Vota favoravelmente o relatório.

CH: Não emitiu posição.

BE: Não emitiu posição.

PPM: Não emitiu posição.

IL: Não emitiu posição.

PAN: Não emitiu posição.

VOTAÇÃO DOS PARTIDOS

O **Grupo Parlamentar do PS** emite **parecer de abstenção** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.



CONCLUSÕES E PARECER

A Subcomissão Permanente de Economia deliberou, maioria, dar parecer favorável à presente iniciativa.

Ponta Delgada, 30 junho de 2021.

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Sérgio Ávila